

paralelo com o Vereador Jires Bessa de  
 Figueiredo, obrigando a intervenção  
 do Senhor Presidente, solicitando equi-  
 librio aos Vereadores, sob pena de des-  
 ligar os microfones. A seguir, em Ques-  
 tão de Ordem, o Vereador Jires Bessa  
 de Figueiredo disse não ter medo de  
 supostas ofensas, mas a Questão de Or-  
 dem levantada pelo Vereador Osmar  
 Sampaio da Silva era procedente, e o  
 Vereador que ocupa a Tribuna, vis-  
 ivelmente atinge a minha pessoa.  
 Reafirmo que não tenho medo de  
 ofensas, mas o Vereador infunje o  
 Regimento Interno. Disse que apoiara  
 o Governo Svo Baldanha, como ape-  
 ra o Governo José Bonifácio, tendo vo-  
 tado favoravelmente ao atual Gover-  
 no em mais de noventa por cento  
 das Mensagens Executivas, e nem por  
 isso deixava de praticar a crítica  
 a exemplo do que fizera no Governo  
 Svo Baldanha. A seguir o Vereador  
 Carlos Roberto Nogueira dos Santos de-  
 se que estava satisfeito e encerrava  
 sua fala. Não havendo mais oradores  
 inscritos para o uso da Tribuna em  
 Explicação Pessoal, O Senhor Presidente en-  
 currou a presente Sessão em nome de  
 Deus. É para constar, mandou que se  
 lavrasse a presente Ata, que depois de  
 lida, submetida a apreciação Mesa-  
 ra, aprovada, será assinada para que  
 produza seus efeitos legais.

Ch:

Ata da Vigésima Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 10 de maio do ano de 1994. (Primeiro Período)

As dezesseis horas do dia dez de maio do ano de mil, novecentos e noventa e quatro, sob a Presidência do Vereador em exercício Luiz Antônio de Melo Cotias e com a participação da Primeira Secretária pelo Vereador Dinei Pereira da Silva, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses responderam a chamada regimento tal os seguintes Vereadores: Jayr Silva da Rocha, Adailton Pinto de Andrade, Jure Bessa de Figueiredo, Alfredo Luiz da Rocha Barreto, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Antônio Carlos de Carvalho Snydade, Luiz Benedito de campo Filho, Ivan Luiz de Araújo, Waldemar Schunzler, Orlando da Silva Pereira, Silas Rodrigues Pinto e Waldir Flaviano de Aquino Neto. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão em nome de Deus. A seguir foi lida e aprovada a Ata da Vigésima Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia cinco

de maio do ano de mil, novecentos e noventa e quatro. Após o cumprimento do rito regimental, o Senhor Presidente Marcos da Rocha Mendes, assumindo a Presidência, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário Dirlei Pereira da Silva que procedesse a leitura do Expediente que constou do seguinte: Indicação nº 098/94. Vereador Antônio Carlos de Carvalho Sândade. Do ponto: Solicita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal que seja recuperado o monumento aos Ex-Hacinhos; Indicação nº 104/94. Vereador Leoaquim Schunert. Do ponto: Solicita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal que junto à CERS, providencie a colocação de postes de iluminação pública na Rua Francisco Alves, no Parque Eldorado II - bairro Jardim Esperança. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Vereador Jayr Silva da Rocha. "Senhor Presidente, é a terceira reunião do mês de maio e não sei se já chegou à Casa e se a Excelência não colocou em pauta, mas estamos estranhando que até hoje no Expediente não tenha sido inserida a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que o Prefeito por força de lei deveria ter enviado a esta Casa até o dia trinta de abril passado. Costaria que Vossa Excelência informasse a respeito. Em resposta a Questão de Ordem

O Sr. Ulisses da Rocha, o Senhor Presidente informou que o Executivo Municipal ainda não havia enviado a proposta da lei de Diretrizes Orçamentárias à Câmara ainda em Questão de Ordem. O Sr. Ulisses da Rocha solicitou a Presidência que tomasse, por ofício, as devidas providências porque já em março o Prefeito não havia se dignado em enviar para a Câmara a mensagem relativa a abertura da sessão legislativa, e até esta data não remetera a proposta da lei de Diretrizes Orçamentárias. A seguir o Senhor Presidente transportou os trabalhos para o segmento dedicado ao uso da Stribuna, e como unico orador inscrito, ocupou a Stribuna o Sr. Ulisses da Rocha Barreto. Disse inicialmente o Sr. Ulisses da Rocha, que atendendo aos apelos da sessão anterior, para que abordasse assuntos do Município, como se fosse possível esquecer o que ocorria no País, iria se limitar a comentar assuntos de natureza bem caserna, embora o primeiro assunto que iria tratar, "O quito da terra Brasil", fosse uma manifestação de toda uma grande parcela de brasileiros que ainda não haviam encontrado a terra para trabalhar e para construir seus lares. Disse que em contraste, o que mais havia no Brasil eram créditos para moradias, créditos para assen-

taméister rurais. Disse que o "Grito da Serra Brasil" era uma manifestação que estava ocorrendo em vários estados, principalmente no Norte, onde o movimento dos sem terra era bem forte. Ressequindo, disse que no dia nove de maio fora o dia escolhido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo São para realizar uma manifestação, que entre outras atividades, marcou a tentativa de entrega de uma pauta de reivindicações para a área rural do Município, mas por motivos ainda desconhecidos, o Senhor Secretário Municipal de Agricultura não compareceu, embora conhecesse os diversos problemas envolvendo a atividade agrícola do Município, destacando a necessidade de per definir o limite da área rural de Cabo São. Talqu da área localizada em frente ao Sítio Sermelho, na entrada do Garçopi, na dita da Barra, que conhecido como distrito rural, estava completamente descaracterizada, criando até dificuldades para que o INCRA pudesse delimitar terras para os trabalhadores. Sobre o assunto, disse que já conversa ra com o Dr. Paulo Rodrigues, Secretário Municipal de Agricultura, sendo aventada a possibilidade de um Projeto para a redefinição do que seria um distrito rural, o que deveria ser vivenciado pela Câmara. Falou da precariedade quanto a educação,

Mi  
pela inexistência de adequação da  
escola, a vida do local, quando to-  
dos sabiam que a didática era  
com o livro da cidade, não tomar  
do em consideração a cultura da  
área rural e assim a corrente mi-  
gratória do campo para os centros  
urbanos, era cada vez mais signi-  
ficativa. Disse que além de questões  
gerais, outras específicas era também  
muito importantes, observando que  
através de requerimentos, vinha pe-  
dindo informações à Administração  
Municipal quanto a utilização de má-  
quinário na zona rural. Comentou se-  
bre o caminhão que servia a feira,  
que cada vez mais, era privado, quan-  
do a Lei Orgânica, era clara, quando  
afirmava que a Administração Públi-  
ca tinha que fornecer meios para  
escaramento de produção agrícola, e  
no presente, o trabalhador tinha que  
custear o transporte dos seus produtos.  
Salvo do pouco movimento do flicca-  
do Sebastião Ham, para onde feia trans-  
ferida a feira livre, quando promes-  
sas não haviam sido cumpridas pe-  
lo Poder Público, como a precarieda-  
de das instalações, inclusive sanitá-  
rias. Disse a seguir, que o uso do po-  
lo na feira, estava sendo taxado, da  
mesma forma os tabuleiros, que trans-  
formava tal atividade na mais ca-  
ria da região, desestimulando o pro.

dutor rural e encarecendo por con-  
sequente os produtos oferecidos ao po-  
vo. Quanto a arrecadação da feira,  
era motivo de indagação à Prefeitura,  
através de requerimento aprovado  
em Plenário, e que os recursos  
arrecadados não estavam sendo mo-  
strados de forma transparente as apli-  
cações, e não estavam sendo mostrados  
a contabilização na Secretaria de Sa-  
zenda como deveria, e mais, segundo  
denúncias, o arrecadado na feira es-  
tava sendo gasto na Fazenda Campos  
Novos, o que era muito grave. Comen-  
tando sobre a Emater, disse que a  
equipe da referida empresa, mes-  
mo trabalhando em condições das  
mais adversas, estava realizando ex-  
celente trabalho na zona rural do mu-  
nicípio, dando toda assistência ao  
trabalhador rural, e mesmo estan-  
do na Fazenda Campos Novos, sem  
qualquer estrutura, agora a Prefeitura  
certara a alimentação dos inte-  
rlocutores da Emater, e também a gaze-  
lira, isto por conta de diferenças po-  
líticas internas e que a nada leva-  
vam, sendo exigido que as autoridades  
públicas renunciassem a tal ti-  
po de vaidades políticas. Lembrou ain-  
da que a última lei salarial, obje-  
to de veto do Prefeito e rejeitado pe-  
la Câmara, não havia ainda sido  
publicada pelo Executivo, e assim,

1  
Solicitava a promulgação, através da  
Presidência, como determinava a lei  
e consequente notificação às entidades  
representativas do funcionalismo mu-  
nicipal, no que encerrou sua fala.  
A seguir, o Senhor Presidente Marcos  
da Rocha Mendes transportou os traba-  
lhos para o segmento dedicado a Or-  
dem do Dia, e de imediato colocou  
em discussão e votação, parecer fa-  
vorável da Comissão de Obras e Ser-  
vícios Públicos, acostado ao Projeto de  
Resolução, nº 052/93, de autoria do Se-  
nador Ivan Luiz de Araújo, sendo  
aprovado por unanimidade o pare-  
cer favorável da Comissão de Obras e  
Serviços Públicos. A seguir foi colocado  
em discussão e votação, parecer con-  
trário da Comissão de Obras e Servi-  
ços Públicos acostado ao Projeto de Lei  
nº 007/94, de autoria do Senador Braz  
Benedito Arcanjo Filho, sendo aprova-  
do por unanimidade, parecer contrá-  
rio da Comissão de Obras e Serviços  
Públicos ao Projeto de Lei nº 007/94. Apro-  
vada por unanimidade, Indicação  
nº 008/94, de autoria do Senador Antô-  
nio Carlos de Carvalho Trindade. Apro-  
vado por unanimidade, Requeriment  
nº 104/94, de autoria do Senador Oleguim  
Schmidt. Não havendo mais matérias  
para serem apreciadas neste segmen-  
to, o Senhor Presidente tranqueou a Si-  
buna para Explicação Pessoal e não há



vendo oradores inscritos para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apudação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

Ata,  
 [Assinatura]  
 + Assinatura de

Ata da Vigésima Segunda Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cabo São, realizada no dia 12 de maio do ano de 1994. (Número lido)

As dezessis horas do dia doze de maio do ano de mil, novecentos e noventa e quatro, sob a Presidência do Vereador Marcos da Rocha Mendes e com a ocupação da Primeira Secretaria pelo Vereador "ad hoc" Carlos Roberto Noqueira dos Santos, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo São. Além desses, responderam a chamada regimental, os seguintes Vereadores: Aires Bessa de Siqueiredo,